CONTRATO Nº 05/2022 – SEMF

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2020 - ALEPI

PROCESSO ADMINISTRATIVO – SEMF/SEI Nº 00043.000255/2022-32

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA, QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICIPIO DE TERESINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEMF E A EMPRESA BELAZARTE – SERVIÇOS DE CONSULTORIA LTDA, CNPJ: 07.204.255/0001-15.

O **MUNICÍPIO DE TERESINA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Marechal Deodoro, n.° 860, Palácio da Cidade, **através da SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEMF**, CNPJ: 06.554.869/0009-11, com sede e administração nesta capital, na Praça Marechal Deodoro da Fonseca, n.º 860, Palácio da Cidade, Teresina-PI, representado neste ato por seu titular, o Sr. Robert Rios Magalhães, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.° 133.841.393-72, RG n.° 215.140 SSP-PI, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa BELAZARTE – SERVIÇOS DE CONSULTORIA LTDA, CNPJ: 07.204.255/0001-15, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por sua Sócia-Administradora, a Senhora Cleide Maria Carvalho de Saboia, portadora da Cédula de Identidade n.º 1200248 SSP/PI e do CPF nº. 462.543.903-53, residente e domiciliada à Rua Dra. Maria Carvalho dos Santos, n.º 2038, Apto. 403, Edifício Jardim Veneza, Bairro Horto Florestal, CEP: 64.004-670, Teresina – PI, com fundamento no Processo Administrativo SEMF/SEI nº 00043.000255/2022-32 , Pregão Eletrônico n.º 002/2020, na forma da Lei nº 10.520, de 17/07/02 Decreto Federal nº 10.024/2019 , Dec. Estadual nº 11.346 de 30/03/04, Decreto Estadual nº 11.319/04 e Subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, IN 05/17, IN 07/18 e demais normais pertinentes ao objeto.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O objeto deste contrato é LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA, conforme

especificações técnicas detalhadas constantes do Anexo I, parte integrante deste edital como se aqui estivesse transcrito.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR:

1. O valor mensal deste contrato de R$ 316.634,27 (trezentos e dezesseis mil, seiscentos e trinta e quatro reais e vinte e sete centavos), com suas devidas alterações legais:

LOTE 08

CLASSIFICAÇÃO		EMPRESA REGISTRADA BELAZARTE – SERVIÇOS DE CONSULTORIA LTDA		
ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	UNIT	QTD	TOTAL
1	OPERADOR DE SOM E IMAGEM	4.430,02	03	13.290,06
2	JORNALISTA	5.249,12	05	26.245,60
3	RADIALISTA	5.249,12	03	15.747,36
TOTAL GERAL R$				55.283,02

LOTE 09

CLASSIFICAÇÃO		EMPRESA REGISTRADA BELAZARTE – SERVIÇOS DE CONSULTORIA LTDA		
ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	UNIT	QTD	TOTAL
1	CONTADOR	8.597,47	05	42.987,35
2	ECONOMISTA	8.597,47	05	42.987,35
TOTAL GERAL R$				85.974,70

LOTE 12

CLASSIFICAÇÃO		EMPRESA REGISTRADA BELAZARTE – SERVIÇOS DE CONSULTORIA LTDA		
ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	UNIT	QTD	TOTAL
1	FAXINEIRO COM MATAERIAL	3.989,19	30	119.675,70
TOTAL GERAL R$				119.675,70

LOTE 15

CLASSIFICAÇÃO		EMPRESA REGISTRADA BELAZARTE – SERVIÇOS DE CONSULTORIA LTDA		
ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	UNIT	QTD	TOTAL
1	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE	3.542,66	10	35.426,60
2	MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO	4.054,85	05	20.274,25
TOTAL GERAL R$				55.700,85

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS SERVIÇOS E MATERIAL

1. Os serviços prestados e os materiais fornecidos de acordo com o caso deverão estar em perfeitas condições de utilização/consumo, e em total conformidade com as especificações constantes dos anexos do Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2020 – ALEPI.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DOS SERVIÇOS E DA ENTREGA DOS MATERIAIS

1. O prazo de entrega dos serviços deste contrato será em conformidade com Projeto

Básico dos Serviços, salvo outro prazo acordado entre as parte e de interesse da Administração e em conformidade com o Projeto Básico/ Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 002/2020 – ALEPI.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

1. São obrigações da CONTRATANTE:

1.1. Pagar o preço ajustado mediante a apresentação, pela CONTRATADA, de Nota Fiscal e Recibo correspondente ao período vencido, no prazo estabelecido neste instrumento;

1.2. Permitir aos empregados da Contratada, desde que identificados e incluídos na relação de pessoas autorizadas, o acesso às dependências das unidades para execução do objeto do presente contrato;

1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

1.4. Assegurar-se do bom desempenho dos materiais e equipamentos, bem como a prestação dos serviços referente a garantia do objeto do presente contrato, verificando sempre o seu bom desempenho;

1.5. Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais empresas compatíveis com o objeto do Edital, de forma a garantir que continuem a ser os mais vantajosos para a Administração da SEMF;

1.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, inclusive quanto à continuidade da manutenção e prestação dos serviços referente a garantia dos bens, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela Contratante, não deve ser interrompida;

1.7. Acompanhar e fiscalizar o recebimento dos materiais;

1.8. Notificar a CONTRATADA quanto a defeitos ou irregularidades verificados nos equipamentos, objeto do Edital, bem como quanto a qualquer ocorrência relativa ao comportamento de seus funcionários, quando do atendimento à SEMF., que venha a ser considerado prejudicial ou inconveniente para a SEMF.;

1.9. Atender às recomendações quanto aos problemas técnicos detectados, quando estes

não estiverem incluídos dentre as obrigações da CONTRATADA;

1.10. Atender às recomendações quanto aos problemas técnicos detectados, quando estes não estiverem incluídos dentre as obrigações da CONTRATADA;

1.11. Fiscalizar o recolhimento dos encargos dos funcionários terceirizados contratados pela CONTRATANTE.

2. A CONTRATANTE poderá promover a inclusão, exclusão e alteração de localização e características dos bens e serviços contratados a qualquer momento, com a correspondente alteração contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. A CONTRATADA, além das obrigações previstas no Anexo I do Edital, referente a este contrato, deverá:

1.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução de serviços necessários a consecução dos bens, tais como, salários,seguros de acidente,taxas, impostos e contribuições, tais como INSS, FGTS entre outras,indenizações, vale-refeição, vale-transporte, e,outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

1.2. Responder pelos danos causados diretamente à Administração da CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo, ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE; excetuando-se situações de emergência, caso fortuito ou força maior;

1.3. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da Contratante; excetuando-se situações de emergência, caso fortuito ou força maior;

1.4. Repassar à Administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência da garantia dos bens e serviços e consequentemente do contrato, todos os preços e vantagens ofertados ao mercado, sempre que esses forem mais vantajosos do que os ofertados no Pregão; obedecidos o comportamento do mercado, os termos contratuais e o equilíbrio financeiro do contrato;

1.5. Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

1.6. Deverá providenciar junto ao Conselho Pertinente, quando for o caso, as Anotações de Responsabilidade e outros instrumentos, acompanhamento e fiscalização durante toda a execução dos serviços, responsabilizando-se ainda pelo acompanhamento nos órgãos nos assuntos pertinentes ao objeto;

1.7. Prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem;

1.8. Guardar sigilo absoluto e não fazer uso das informações que porventura venha a ter conhecimento no desempenho de suas atividades relativas ao contrato, sob pena de ressarcir à CONTRATANTE de todo e qualquer prejuízo ocasionado pela divulgação ou uso da informação; salvo em caso de quebra de sigilo de telecomunicações determinada por autoridade judiciária;

1.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;

1.10. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

1.11. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências, e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da prestação dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

1.12. Cumprir todas as cláusulas dos acordos de dissídios coletivos das categorias profissionais envolvidas, homologados pela Justiça do Trabalho e/ou sindicatos respectivos, apresentando a CONTRATANTES cópias autenticadas desses acordos a cada homologação ocorrida;

1.13. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à prestação dos serviços, para a consecução do objeto deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência; e,

1.14. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes

da execução deste contrato;

1.15. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE;

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. O presente contrato terá execução indireta o regime de empreitada POR PREÇO GLOBAL E ADJUDICAÇÃO POR LOTE.

CLÁUSULA OITAVA - DA ATESTAÇÃO DA NOTA FISCAL/FATURA E ATRIBUIÇÕES

1. A execução do(s) contrato(s) será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pelo Gestor, que será nomeado através de uma portaria e publicado no DOM, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
2. Ficará a cargo dos Ficais nomeados pelo Secretario Municipal de Finanças - SEMF, a fiscalização do presente contrato no momento em que a terceirização é iniciada, sendo de responsabilidade do fiscal do contrato as seguintes atribuições:

2.1. Elaborar planilha-resumo de todo o contrato administrativo. Ela conterá todos os empregados terceirizados que prestam serviços no órgão, divididos por contrato, com as seguintes informações: nome completo, número de CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos e sua quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências, horas extras trabalhadas;

2.2.Conferir todas as anotações nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados, por amostragem, e verificar se elas coincidem com o informado pela empresa e pelo empregado. Atenção especial para a data de início do contrato de trabalho, a função exercida, a remuneração (importante esteja corretamente discriminada em salário-base, adicionais e gratificações) e todas as eventuais alterações dos contratos de trabalho;

2.3. O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato

administrativo;

2.4. O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT); em geral é a do SEAC-Sindiserviços;

2.5. Consultar eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para as empresas terceirizadas (por exemplo, se os empregados têm direito a auxílio-alimentação gratuito);

2.6. Verificar a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho, cuja presença levará ao pagamento dos respectivos adicionais aos empregados. Tais condições obrigam a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

3. Fiscalização Mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

3.1. Elaborar planilha-mensal que conterá os seguintes campos: nome completo do empregado, função exercida, dias efetivamente trabalhados, horas extras trabalhadas, férias, licenças, faltas, ocorrências;

3.2. Verificar na planilha-mensal o número de dias e horas trabalhados efetivamente. Exigir que a empresa apresente cópias das folhas de ponto dos empregados por ponto eletrônico ou meio que não seja padronizado (Súmula 338/TST). Em caso de faltas ou horas trabalhadas a menor, deve ser feita glosa da fatura;

3.3. Exigir da empresa comprovantes de pagamento dos salários, vales-transportes e auxílio alimentação dos empregados;

3.4. Realizar a retenção da contribuição previdenciária (11% do valor da fatura) e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

3.5. Exigir da empresa os recolhimentos do FGTS por meio dos seguintes documentos:

a) cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);

b) cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando recolhimento for efetuado pela Internet;

c) cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE);

d) cópia da Relação de Tomadores/Obras (RET).

3.6. Exigir da empresa os recolhimentos das contribuições ao INSS por meio de:

a) cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);

b) cópia do Comprovante de Declaração à Previdência;

c) cópia da Guia da Previdência Social (GPS) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando recolhimento for efetuado pela Internet;

d) cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE);

e) cópia da Relação de Tomadores/Obras (RET).

3.7. Consultar a situação da empresa junto ao SICAF;

3.8. Exigir a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND), a Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), sempre que expire o prazo de validade;

4. Fiscalização Diária

4.1. Conferir, todos os dias, quais empregados terceirizados estão prestando serviços e em quais funções. Fazer o acompanhamento com a planilha-mensal;

4.2. Verificar se os empregados estão cumprindo à risca a jornada de trabalho. Deve ser instaurada uma rotina para autorizar pedidos de realização de horas extras por terceirizados. Deve-se combinar com a empresa a forma da compensação de jornada;

4.3. Evitar ordens diretas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados;

4.4. Evitar toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço como a negociação de folgas ou a compensação de jornada. Essa conduta é exclusiva do empregador.

5. Fiscalização especial

5.3. Observar qual é a data-base da categoria prevista na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Os reajustes dos empregados devem ser obrigatoriamente concedidos pela empresa no dia e percentual previstos (verificar a necessidade de proceder ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato em caso de reajuste

salarial);

5.4. Controle de férias e licenças dos empregados na planilha-resumo;

5.5. A empresa deve respeitar as estabilidades provisórias de seus empregados (cipeiro, gestante, estabilidade acidentária).

CLÁSULA NONA – DO PAGAMENTO

1. A CONTRATADA apresentará nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pela CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou por boleto bancário, ou por boleto bancário no prazo de 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura e Recibo devidamente atestado pela SEMF;

1.1. O pagamento da 1ª parcela só ocorrerá após a efetiva realização dos serviços, ou recebimento dos bens, de acordo com a proposta da licitante.

2. No caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura ou Recibo para correção, o prazo de pagamento estipulado no subitem anterior passará a ser contado a partir da data de reapresentação dos referidos documentos;

3. O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado após a verificação da regularidade da CONTRATADA junto à Seguridade Social – CND e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. Da empresa contratada, e da devida apresentação das Guias de Recolhimentos de encargos em geral, de todo o pessoal contratado para execução do objeto do presente termo contratual, caso haja inadimplência junto ao INSS e/ou FGTS será informado aos respectivos órgãos da existência de creditos futuros da empresa junto a Assembléia Legislativa do Estado do Piaui;

4. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, verificar se os bens e os serviços estão em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas;

5. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do Edital e do Contrato;

6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços dos serviços ou de atualização monetária por atraso de pagamento;

7. Havendo atraso nos pagamentos, sobre o valor devido incidirá correção monetária nos termos da Lei 8.666/93, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "*pro rata tempore*", em relação ao atraso verificado.
8. O Valor do pagamento não será necessariamente o valor mensal disposto no contrato, poderá ser variável, ocorrerá em consonância com o processo de contratação de pessoal, não podendo exceder o valor global acrescido de atualizações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA REVISÃO E DA REPACTUAÇÃO

1. Quanto à Revisão, este fica impedido pelo período de 01 (um) ano , admitindo após este período , como espécie de repactuação contratual, obedecendo ao previsto na legislação vigente. Considerando a data do acordo, convenção ou sentença normativa ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.
2. Quanto à Repactuação, esta poderá ocorrer a do valor contratado e/ou registrado para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da prestação dos serviços , objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato;
3. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriados para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE;
4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço;
5. Interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

5.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

5.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

5.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

6. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada;

7. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação;

8. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação;

9. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão;

10. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem

os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação;

11. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva;

12. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista;

13. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA decorre de recursos para arcar com as despesas deste contrato ocorrerão por conta da Fonte de Recurso: 1.500.100; Categoria: 3 - Despesas Correntes; Grupo: 3 - Outras Despesas Correntes; Modalidade: 90 - Aplicações Diretas; Elemento: 37 - Locação de Mão de Obra;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

1. O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos ao limite máximo de 60 (sessenta) meses, e ainda por mais 12 (doze) desde que justificado pela autoridade competente na forma do art. 57, II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. O Contrato poderá ser alterado e/ou prorrogado nos casos previstos na Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração CONTRATANTE e de acordo da CONTRATADA nos casos previstos do art. 65, II da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO AUMENTO OU SUPRESSÃO DO VALOR A SER CONTRATADO

1. No interesse da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado do Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no art. 65, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93;

2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários;
3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE fiscalizará o contrato através de servidor designado pelo Gestor da Secretaria Municipal de Finanças – SEMF, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Setor da SEMF , ou empresa contratada exclusivamente para o caso em tela, deverão ser solicitadas à Diretoria Administrativo da SEMF, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
3. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela Administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;
4. A CONTRATADA deverá fiscalizar a execução dos serviços e o perfeito funcionamento dos bens a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes, fiscalização essa que se dará independentemente da que será exercida pela CONTRATANTE;
5. Sem prejuízo da fiscalização técnica exercida pelo Setor da SEMF ou empresa contratada exclusivamente para o caso em tela, O Secretario da SEMF acompanhará a execução deste Contrato no que se refere ao fornecimento de insumos, transporte, conservação e demais aspectos físicos previstos e necessários à perfeita execução do objeto do Contrato;
6. A presença da fiscalização não atenua, nem elide, as responsabilidades da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. A licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo

ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Teresina - PMT, e , se for o caso, comunicado ao Cadastro Único de Fornecedores – CADUF da Secretaria de Administração do Estado , impedindo de licitar e/ou contratar pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, e sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

2. As penalidades administrativas aplicáveis à contratada, previstas nos arts. 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei Federal nº 8.666/93;
3. A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato, será calculada sobre o valor dos bens e/ou serviços não concluídos, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante observando os seguintes percentuais:
    a) de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 15 (quinze) dias; e
    b) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias e;
    c) de 1,0 (um por cento), por dia de atraso a partir do 31º dia (trigésimo primeiro dia, até o limite correspondente a 60 (sessenta) dias, findo o qual a contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando à contratada as demais sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93.
4. Será aplicada a multa de 1,5% (um e meio por centro) sobre o valor da contratação, quando a contratada:
    a) prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização da contratante, no cumprimento de suas atividades;
    b) desatender às determinações da fiscalização da contratante; e
    c) cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.
5. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a contratada:
    a) executar os serviços em desacordo com o projeto básico, normas e técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessária, às suas expensas;

b) não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé, venha causar danos à contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da contratada em reparar os danos causados;

c) praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé, venha a causar danos à contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da contratada em reparar os danos causados.

6. Advertência

6.1. A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

a.1) descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Estado do Piauí, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;

a.2) execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

a.3) outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades da contratante, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

7. Impedimento de licitar e contratar com a administração

7.1. O impedimento de licitar e contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA – PMT pode ser aplicada aos licitantes e contratados cujos inadimplementos culposos prejudicarem o procedimento licitatório ou a execução do contrato, por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias da data do recebimento da intimação;

a) a penalidade de impedimento de licitar e contratar nos seguintes prazos e situações:

a.1) por 01 (um) ano nos seguintes casos:

a.1.1) atraso no cumprimento das obrigações assumidas

contratualmente e na licitação que tenha acarretado prejuízos significativos para a PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA – PMT, execução insatisfatória do objeto deste ajuste, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.

a.2) de 01 (um) até 03 (três) anos:

a.2.1) quando a contratada se recusar a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela contratante;

a.2.2) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no certame;

a.2.3) ensejar o retardamento da execução do seu objeto;

a.2.4) não manter a proposta.

a.3) por mais de 03 (três) até 05 (cinco) anos, quando a contratada:

a.3.1) não concluir os bens/serviços contratados;

a.3.2) falhar ou fraudar a execução do contrato ou com qualquer outra irregularidade, contrariando disposto no edital de licitação, não efetuando sua substituição ou correção no prazo determinado pela contratante;

a.3.3) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ou cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízos ao Estado, ensejando a rescisão do contrato ou frustração do procedimento licitatório;

b) independentemente das sanções advertência, multa e impedimento de licitar e contratar com o Estado do Piauí, a licitante ou contratada está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a contratada propor que seja responsabilizada:

b.1) Civilmente, nos termos do Código Civil;

b.2) Perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinente;

b.3) Criminalmente, na forma da legislação pertinente.

8. Nenhum pagamento será feito ao executor dos serviços que tenha sido multado,

antes que tal penalidade seja descontado de seus haveres;

9. As sanções serão aplicadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA – PMT, após garantida prévia e ampla defesa à contratada, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade , cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;
10. As multas administrativas previstas neste instrumento, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas;
11. Das decisões de aplicação das penalidades, caberá recurso nos termos do inciso XVII do art. 4º da Lei 10.520/02 c/c art. 109 da Lei federal nº 8666/93, observados os prazos fixados no primeiro diploma;
12. Os recursos devem ser dirigidos a maior autoridade da unidade que praticou o ato recorrido, protocolizados, nos dias úteis, no horário de expediente normal;
13. Serão conhecidos os recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, desde que, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original seja devidamente protocolizada no órgão competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93;
2. A rescisão do Contrato poderá ser:

2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da SEMF., nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no Processo da Licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;

2.3. Judicial, nos termos da legislação.

3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo,

assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FORÇA MAIOR E DO CASO FORTUITO

1. As obrigações do presente Contrato suspender-se-ão sempre que ocorrerem circunstâncias alheias à vontade, controle e ação das partes, causadas por motivo de força maior ou caso fortuito, na forma do Código Civil, desde que sua ocorrência seja alegada e comprovada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. A execução do Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pela Lei nº 8.666/93 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, as normas do Conselho Pertinente e ainda as regras da Lei n° 8.078 de 1990, bem como as demais leis específicas de acordo com os serviços.

CLÁUSULA VIGÉSIMA DA PUBLICAÇÃO

1. O presente contrato será publicado sob forma de extrato no DOM , até o quinto dia útil do mês subsequente da assinatura deste termo contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– DO FORO

1. É competente o foro da cidade de Teresina - Piauí com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir todas as questões relativas ou resultantes do presente contrato.

Assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (DUAS) vias, de igual teor e forma, para um único efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Teresina- PI, 14 de janeiro de 2022.

ROBERT RIOS MAGALHÃES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS

Cleide Mª C. Sabóia

BELAZARTE – SERVIÇOS DE CONSULTORIA LTDA

CNPJ: 07.204.255/0001-15

CONTRATADA

Sócia-Administradora Cleide Maria Carvalho de Sabóia

RG n.º 1200248 SSP/PI

CPF nº. 462.543.903-53

TESTEMUNHAS:

1. Rhiana Stus Pereira da Silva CPF 008.137.793-24
2. WILSON NUNES DE ARAUJO CPF 017.806.113-25

Municipal de Cultura Monsenhor Chaves - FMC, com ônus para o órgão de origem, até 31.12.2022, o(a) servidor(a) EDIVALDO FERNANDES DE BRITO, matrícula nº 17004, ocupante do cargo de Auxiliar de Gestão/Auxiliar de Serviços, lotado(a) na Empresa Teresinense de Processamento de Dados - PRODATER, retroagindo seus efeitos a partir de 01.01.2022. Leonardo Silva Freitas, Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos.

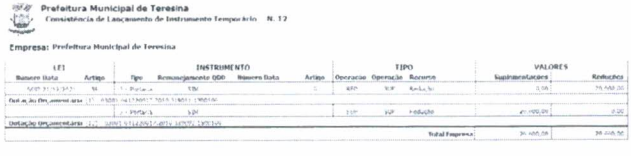
PORTARIA Nº 29/2022, DE 19 DE JANEIRO DE 2022. O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 00049.000498/2022-58, RESOLVE: COLOCAR à disposição da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas - SEMCASPI, com ônus para o órgão de origem, até 31.12.2022, o(a) servidor(a) MARIA JOSE RODRIGUES DA CRUZ, matrícula nº 17011, ocupante do cargo de Auxiliar Tecnológico/Digitador, lotado(a) na Empresa Teresinense de Processamento de Dados - PRODATER, retroagindo seus efeitos a partir de 01.01.2022. Leonardo Silva Freitas, Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos.

Secretaria Municipal de Finanças

PORTARIA SEMF/CEO/ Nº 005/2022. Altera o Quadro de Detalhamento da Despesa- QDD para o exercício de 2022, aprovado pelo Decreto nº 21.943 de 21 de dezembro de 2021, com base na Lei nº 5.692, de 21 de dezembro de 2021, na forma que especifica. O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação vigente, tendo em vista, em especial, o disposto no art. 5°, § 2°, da Lei nº 5.692, de 21 de dezembro de 2021. CONSIDERANDO a necessidade de adequar algumas classificações das despesas, quanto à sua natureza. RESOLVE: Art. 1º Fica alterado o Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD do exercício 2022, das Unidades Orçamentárias relacionadas abaixo, conforme Anexo Único desta Portaria.

Orgão	Suplementado	Anulado
03 - Vice - Pref.	20.000,00	20.000,00
27 - Arsete	50.000,00	50.000,00
Total	70.000,00	70.000,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, em 19 de janeiro de 2022. Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário. Gabinete do Secretário Municipal de Finanças, em 19 de janeiro de 2022. ROBERT RIOS MAGALHÃES, Secretário Municipal de Finanças.


Prefeitura Municipal de Teresina
Consistência de Lançamento de Instrumento Temporário N. 12

Empresa: Prefeitura Municipal de Teresina

LEI			INSTRUMENTO				TIPO			VALORES	
Número Data	Artigo	Tipo	Remanejamento QDD	Número Data	Artigo	Operação	Operação	Recurso	Suplementações	Reduções
		1 - Portaria	SEM			EXC	SUP	Redução	0,00	70.000,00
Dotação Orçamentária										
		3 - Portaria	SUP			SUP	SUP	Indução	20.000,00	0,00
Dotação Orçamentária										
								Total Empresa:	20.000,00	20.000,00


Agência de Regulação de Serv. Públicos de Teresina
Consistência de Lançamento de Instrumento Temporário N. 1

Empresa: Agência de Regulação de Serv. Públicos de Teresina

LEI			INSTRUMENTO				TIPO			VALORES	
Número Data	Artigo	Tipo	Remanejamento QDD	Número Data	Artigo	Operação	Operação	Recurso	Suplementações	Reduções
		1 - Portaria	SEM			EXC	SUP	Redução	50.000,00	50.000,00
Dotação Orçamentária										
		3 - Portaria	SUP			SUP	SUP	Redução	50.000,00	0,00
Dotação Orçamentária										
								Total Empresa:	50.000,00	50.000,00

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2022 - SEMF - PROCESSO ADMINISTRATIVO - SEMF/SEI Nº 00043.000255/2022-32. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2020 - ALEPI. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEMF, CNPJ: Nº 06.554.869/0009-11. CONTRATADA: SERVFAZ SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA, CNPJ: 10.013.974/0001-63. DO OBJETO: LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA (LOTES 03 E 20). CONFORME AUTORIZAÇÃO (SEI 3739353) E PARECER TÉCNICO GAB – CGM (SEI 3747079). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 10.520, DE 17/07/02 DECRETO FEDERAL Nº 10.024/2019, DEC. ESTADUAL Nº 11.346 DE 30/03/04, DECRETO ESTADUAL Nº 11.319/04, E SUBSIDIARIAMENTE A LEI Nº 8.666/93, IN 05/17, IN 07/18 E DEMAIS NORMAIS PERTINENTES AO OBJETO. DO PREÇO: CONFORME CLÁUSULA SEGUNDA. DA VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA DESTE CONTRATO SERÁ DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS DA DATA DE SUA ASSINATURA, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS AO LIMITE MÁXIMO DE 60 (SESSENTA) MESES, FORMA DO ART. 57, II. DA LEI 8.666/93. DA FONTE DE RECURSO: 1.500.100; CATEGORIA: 3 - DESPESAS CORRENTES; GRUPO: 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES; MODALIDADE: 90 - APLICAÇÕES DIRETAS; ELEMENTO: 37 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA. ASSINADO EM 14 DE JANEIRO DE 2022. ASSINAM PELA CONTRATANTE: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS – ROBERT RIOS MAGALHÃES E PELA CONTRATADA – DANIELA ROBERTA DUARTE DA CUNHA, SÓCIA - ADMINISTRADORA, CPF Nº. 553.764.603-04.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2022 - SEMF - PROCESSO ADMINISTRATIVO - SEMF/SEI Nº 00043.000255/2022-32. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2020 - ALEPI. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEMF, CNPJ: Nº 06.554.869/0009-11. CONTRATADA: EMPRESA MUTUAL SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 10.659.927/0001-91. DO OBJETO: LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA (LOTES 04 E 05) CONFORME AUTORIZAÇÃO (SEI 3739353) E PARECER TÉCNICO GAB – CGM (SEI 3747079). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 10.520, DE 17/07/02 DECRETO FEDERAL Nº 10.024/2019, DEC. ESTADUAL Nº 11.346 DE 30/03/04, DECRETO ESTADUAL Nº 11.319/04 E SUBSIDIARIAMENTE A LEI Nº 8.666/93, IN 05/17, IN 07/18 E DEMAIS NORMAIS PERTINENTES AO OBJETO. DO PREÇO: CONFORME CLÁUSULA SEGUNDA. DA VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA DESTE CONTRATO SERÁ DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS DA DATA DE SUA ASSINATURA, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS AO LIMITE MÁXIMO DE 60 (SESSENTA) MESES NA FORMA DO ART. 57, II DA LEI 8.666/93 E. DA FONTE DE RECURSO: 1.500.100; CATEGORIA: 3 - DESPESAS CORRENTES; GRUPO : 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES; MODALIDADE: 90 - APLICAÇÕES DIRETAS; ELEMENTO: 37 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA. ASSINADO EM 14 DE JANEIRO DE 2022. ASSINAM PELA CONTRATANTE: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS – ROBERT RIOS MAGALHÃES E PELA CONTRATADA – HERCÍLIA DE JESUS MARTINS RODRIGUES, SÓCIA-ADMINISTRADORA, CPF N.º 153.141.703-53.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2022 - SEMF - PROCESSO ADMINISTRATIVO - SEMF/SEI Nº 00043.000255/2022-32. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2020 - ALEPI. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEMF, CNPJ: Nº 06.554.869/0009-11. CONTRATADA: EMPRESA AÇÃO CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 11.895.759/0001-04. DO OBJETO: LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA (LOTE 11). CONFORME AUTORIZAÇÃO (SEI 3739353) E PARECER TÉCNICO GAB – CGM (SEI 3747079). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 10.520, DE 17/07/02 DECRETO FEDERAL Nº 10.024/2019, DEC. ESTADUAL Nº 11.346 DE 30/03/04, DECRETO ESTADUAL Nº 11.319/04 E SUBSIDIARIAMENTE A LEI Nº 8.666/93, IN 05/17, IN 07/18 E DEMAIS NORMAIS PERTINENTES AO OBJETO. DO PREÇO: CONFORME CLÁUSULA SEGUNDA. DA VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA DESTE CONTRATO SERÁ DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS DA DATA DE SUA ASSINATURA, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS AO LIMITE MÁXIMO DE 60 (SESSENTA) MESES, NA FORMA DO ART. 57, II DA LEI 8.666/93. DA FONTE DE RECURSO: 1.500.100; CATEGORIA: 3 - DESPESAS CORRENTES; GRUPO: 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES; MODALIDADE: 90 - APLICAÇÕES DIRETAS; ELEMENTO: 37 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA. ASSINADO EM 14 DE JANEIRO DE 2022. ASSINAM PELA CONTRATANTE: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS – ROBERT RIOS MAGALHÃES E PELA CONTRATADA – GERLIALDA PEREIRA DUARTE, SÓCIA-ADMINISTRADORA, CPF N.º 021.579.373-07.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2022 - SEMF - PROCESSO ADMINISTRATIVO - SEMF/SEI Nº 00043.000255/2022-32. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2020 - ALEPI. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEMF, CNPJ: Nº 06.554.869/0009-11. CONTRATADA: EMPRESA LIMPSERV QUALIDADE DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 07.194.788/0001-63. DO OBJETO: LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA (LOTES 16, 20, 21 E 22) CONFORME AUTORIZAÇÃO (SEI 3739353) E PARECER TÉCNICO GAB – CGM (SEI 3747079). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 10.520, DE 17/07/02 DECRETO FEDERAL Nº 10.024/2019, DEC. ESTADUAL Nº 11.346 DE 30/03/04, DECRETO ESTADUAL Nº 11.319/04 E SUBSIDIARIAMENTE A LEI Nº 8.666/93, IN 05/17, IN 07/18 E DEMAIS NORMAIS PERTINENTES AO OBJETO. DO PREÇO: CONFORME CLÁUSULA SEGUNDA. DA VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA DESTE CONTRATO SERÁ DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS DA DATA DE SUA ASSINATURA, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS AO LIMITE MÁXIMO DE 60 (SESSENTA) MESES, NA FORMA DO ART. 57, II DA LEI 8.666/93. DA FONTE DE RECURSO: 1.500.100; CATEGORIA: 3 - DESPESAS CORRENTES; GRUPO: 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES; MODALIDADE: 90 - APLICAÇÕES DIRETAS; ELEMENTO: 37 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA. ASSINADO EM 14 DE JANEIRO DE 2022. ASSINAM PELA CONTRATANTE: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS – ROBERT RIOS MAGALHÃES E PELA CONTRATADA – CARLOS ANTÔNIO DE MOURA FILHO, SÓCIO-ADMINISTRADOR, CPF N.º 018.440.843-10.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2022 - SEMF - PROCESSO ADMINISTRATIVO - SEMF/SEI Nº 00043.000255/2022-32. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2020 - ALEPI. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEMF, CNPJ: Nº 06.554.869/0009-11. CONTRATADA: BELAZARTE – SERVIÇOS DE CONSULTORIA LTDA, CNPJ: 07.204.255/0001-15. DO OBJETO: LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA (LOTES 08, 09, 12 E 15) CONFORME AUTORIZAÇÃO (SEI 3739353) E PARECER TÉCNICO GAB – CGM (SEI 3747079). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 10.520, DE 17/07/02 DECRETO FEDERAL Nº 10.024/2019, DEC. ESTADUAL Nº 11.346 DE 30/03/04, DECRETO ESTADUAL Nº 11.319/04 E SUBSIDIARIAMENTE A LEI Nº 8.666/93, IN 05/17, IN 07/18 E DEMAIS NORMAIS PERTINENTES AO OBJETO. DO PREÇO: CONFORME

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA DESTE CONTRATO SERÁ DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS DA DATA DE SUA ASSINATURA, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS AO LIMITE MÁXIMO DE 60 (SESSENTA) MESES, NA FORMA DO ART. 57, II DA LEI 8.666/93. DA FONTE DE RECURSO: 1.500.100; CATEGORIA: 3 - DESPESAS CORRENTES; GRUPO: 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES; MODALIDADE: 90 - APLICAÇÕES DIRETAS; ELEMENTO: 37 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA. ASSINADO EM 14 DE JANEIRO DE 2022. ASSINAM PELA CONTRATANTE: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS – ROBERT RIOS MAGALHÃES E PELA CONTRATADA – CLEIDE MARIA CARVALHO DE SABOIA, SÓCIA-ADMINISTRADORA, CPF N.º 462.543.903-53.

Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 04/2021. TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS PÚBLICOS QUE ENTRE SI FAZEM A SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO E A SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE TERESINA. Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, a SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO, doravante denominado CEDENTE, com sede na Pça. Mal. Deodoro, 860, Palácio da Cidade, 4º pav. - Centro, inscrita no CNPJ sob nº 06.554.869/0002-45, neste ato representado por seu Secretário, Sr. João Henrique de Almeida Sousa, brasileiro residente nesta Capital e a SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, situada na Praça Marechal Deodoro, 860 Palácio da Cidade, Térreo, Centro – CEP: 64.000-160 Teresina-PI, inscrita no CNPJ 06.554.869/0021- 0 doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu Secretário, Sr. André Lopes Evangelista, brasileiro, residente nesta Capital, resolvem por mútuo acordo celebrar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS PÚBLICOS, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 00046.005379/2021-53, bem como as cláusulas e condições seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O CEDENTE fornecerá à CESSIONÁRIA os bens móveis abaixo descrito: 01 Monitor Think Vision E2002B. Tombamento: 43731. 01 Computador UPD Lenovo 11HA001EBO V50S. Tombamento: 43744. CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO.- O objeto desta Cessão de Uso, destina-se exclusivamente ao uso da SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO.- A presente Cessão de Uso não pode, sob hipótese nenhuma, ter outra destinação, sob pena de revogação da presente cessão.CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E DA DENÚNCIA.O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por prazo indeterminado, a contar da data de sua publicação, sendo que a denúncia poderá ser feita a qualquer tempo, se assim for do interesse de qualquer das partes.CLÁUSULA QUARTA – DAS DESPESAS.Durante o prazo de vigência da cessão, todas as despesas referentes à manutenção e conservação do objeto cedido correrão por conta das dotações orçamentárias da SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO. CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO E DA REVERSÃO.A presente Cessão será rescindida de pleno direito, sem necessidade de comunicação prévia, acarretando a imediata reversão do objeto, ao Patrimônio da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, nos seguintes casos: I – se o CESSIONÁRIO der outra destinação ao objeto cedido; II – nos demais casos previstos em lei específica.E assim, por estarem justes e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.Teresina, 20 de dezembro de 2021.João Henrique de Almeida Sousa, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (CEDENTE). André Lopes Evangelista, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO (CESSIONÁRIO).

Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO 02/2022. PROCESSO ADMIN: 00049.000140/2022-24; CONCEDENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS INTEGRADAS – SEMCASPI, CNPJ Nº 08.870.091/0001-00; OSC: AÇÃO SOCIAL ARQUIDIOCESANA - ASA, CNPJ Nº 08.870.091/0001-00; DO OBJETO: A DOADORA ENTREGARÁ A DONATÁRIA, SEM QUAISQUER ÔNUS OU ENCARGOS PARA ESTA OS BENS DESCRITOS ABAIXO, ADQUIRIDOS PARA POSSIBILITAR A EXECUÇÃO DO PROJETO "FLORADA DOS IPÊS" EXECUTADO PELA OSC AÇÃO SOCIAL ARQUIDIOCESANA – ASA. COM IDENTIFICAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS SEGUINTES: PROJETO DE ATIVIDADE: 12003.08243.0001 (FMDCAT); ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.50.43; FONTE DE RECURSOS: 1390403. DOS BENS: SEGUE A RELAÇÃO DE BENS REQUERIDOS PARA DOAÇÃO E INCORPORAÇÃO AO PATRIMÔNIO DA OSC: 05 MESAS DE REUNIÃO; 250 CADEIRAS; 01 ÓRGÃO YAMAHA; 04 NOTEBOOKS; 02 IMPRESSORAS EPSON; 02 MESAS PARA REFEITÓRIO 1,3X0,8; 01 MESA PARA REFEITÓRIO 2,6X 0,8; 01 PROJETOR DATASHOW; 02 ENCORD. VIOLÃO SG; 02 ENCORD. VIOLÃO NIG AÇO; ENCORD. BAIXO SG; 02 PILHAS DURACELL; 05 PALHETAS PARA VIOLÃO; 01 MESA BEHRINGER; 04 CABOS INSTRUM. MONT.; 01 MICROFONE JWL; 01 CAPA PARA TECLADO; 01 SUPORTE PARA TECLADO. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.50.43 (SUBVENÇÃO SOCIAL); FONTE DE RECURSO: 311400 (FNAS); DATA DA ASSINATURA EM TERESINA, 06 DE JANEIRO DE 2022. MÁRCIO ALLAN CAVALCANTE MOREIRA, CPF N.º 757.784.593-00, SECRETÁRIO DA SEMCASPI. ANTONIO SOARES BATISTA, CPF Nº 065.531.503-97, AÇÃO SOCIAL ARQUIDIOCESANA – ASA.

EXTRATO DA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 12/2021. O PRESENTE DOCUMENTO TRATA-SE DA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO, PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO COM O CENTRO SOCIAL PADRE ARRUPE, QUE ATUA NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ.O MUNICÍPIO DE TERESINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS INTEGRADAS – SEMCASPI, INFORMA QUE PROCEDERÁ COM A DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO, Nº 12/2021.A FUNDAMENTAÇÃO LEGAL ESTÁ DESCRITA NAS LEGISLAÇÕES FEDERAL E MUNICIPAL, COMO PRECEITUA O INCISO VI DO ARTIGO 30 DA LEI 13.019 DE 30/07/2014, ALTERADO PELA LEI 13.204/2015 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 16.802/2017 E ALTERAÇÕES, QUE REGULAMENTA A QUESTÃO DA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO, SENÃO VEJAMOS:ART. 30. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ DISPENSAR A REALIZAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO:(...)IV - NO CASO DE ATIVIDADES VOLTADAS OU VINCULADAS A SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, DESDE QUE EXECUTADAS POR ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PREVIAMENTE CREDENCIADAS PELO ÓRGÃO GESTOR DA RESPECTIVA POLÍTICA.ART. 16. PODERÁ SER DISPENSÁVEL A REALIZAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO:(...) IV - NO CASO DE ATIVIDADES VOLTADAS OU VINCULADAS A SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, DESDE QUE EXECUTADAS POR ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PREVIAMENTE CREDENCIADAS PELO ÓRGÃO GESTOR DA RESPECTIVA POLÍTICA.CONSIDERANDO A NECESSIDADE DA OFERTA DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS OBJETO PRECÍPUO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS INTEGRADAS – SEMCASPI, TENDO EM VISTA QUE A OFERTA DOS SERVIÇOS PODE SER EXECUTADA EM PARCERIA COM AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL; CONSIDERANDO QUE AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOREM A REDE SOCIOASSISTENCIAL TÊM COMO REQUISITO O REGISTRO NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ESTAR CADASTRADA NO CONSELHO NACIONAL DE ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, BEM COMO SER CONSTITUÍDA EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 3º DA LEI Nº 8.742/1993.CONSIDERANDO QUE AS ATIVIDADES REALIZADAS NA SEMCASPI SÃO VINCULADAS A SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TENDO COMO REFERÊNCIA A LEI FEDERAL DE Nº 8.742/1993, LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (LOAS) EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO EM SEU ARTIGO 3º QUE CONCEITUA ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TIPIFICADO CONFORME RESOLUÇÃO CNAS 109/2009 TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS. CONSIDERANDO A RESOLUÇÃO DE Nº 21, DE 11/2016, DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, QUE ESTABELECE REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS ENTRE O ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E ENTIDADES OU ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. NO CASO EM COMENTO, CONSIDERANDO A EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS EXARADO PELA OSC, E EM CONFORMIDADE COM O ART. 2º, VII DA LEI 13.019/2014 E ART.16, IV DO DECRETO MUNICIPAL 16.802/14 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, DEFIRO A FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO, LISTADO ABAIXO, SEM A REALIZAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO. PROCESSO ASSOCIAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL CNPJ 00049.008469/2021-87- CENTRO SOCIAL PADRE ARRUPE 92.959.006/0051-78 VALOR (R$) -100.000,00-ENCAMINHEM-SE OS AUTOS À ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA AS DEMAIS PROVIDÊNCIAS E O CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS PREVISTA NO § 1º, ART.32 DA LEI 13.204/2015 E ART.19 DO DECRETO MUNICIPAL 16.802/17 E ALTERAÇÕES.ESTA DISPENSA ENTRE EM VIGOR NA DATA DE SUA ASSINATURA.TERESINA, 30 DE AGOSTO DE 2021-(ASSINADO ELETRONICAMENTE)-MARCIO ALLAN CAVALCANTE MOREIRA--SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS INTEGRADAS – SEMCASPI

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA - REF. PROCESSO Nº 00049.008469/2021-87. CUIDA OS AUTOS DE CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO ENTRE A SEMCASPI E O CENTRO SOCIAL PADRE ARRUPE, POR MEIO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO.I – DA LEGALIDADE-EM VERDADE O TERMO DE FOMENTO, SERÁ ADOTADO PARA A CONSECUÇÃO DE PLANOS DE TRABALHOS, CUJA CONCEPÇÃO SEJA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, COM O OBJETIVO DE EXECUTAR PROJETOS OU ATIVIDADES PARAMETRIZADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.A DISCIPLINA DO TERMO DE FOMENTO ESTÁ PREVISTA NA LEI N. 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014 E SUAS ALTERAÇÕES ATRAVÉS DA LEI N. 13.204, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015, E NO DECRETO MUNICIPAL Nº16.802/17.A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO DA SEMCASPI COM O CENTRO SOCIAL PADRE ARRUPE NÃO SERÁ PRECEDIDA DE CHAMAMENTO PÚBLICO, NÃO SENDO ABRANGIDO PELAS NORMAS DOS ARTS. 12 AO 24, CONSTANTES NO CAPÍTULO IV